

## **“Da cidade ideal à cidade intencional: Cidade ABC, a utopia colaboradora”**

**Matilde Maria Almeida Melo**

“O mundo está a sofrer as dores agônicas de algo que não sabemos se é nascimento ou morte. A humanidade não consegue parir Humanidade”.

MORIN (1997;120)

O trabalho tem como tema geral o Planeamento Urbano, versando mais precisamente sobre o Planeamento Estratégico de Cidades. Analiso esse tema no quadro do Plano Regional Estratégico do Grande ABC Paulista.

Palco do maior parque industrial do país, a Região do Grande ABC situa-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), São Paulo/Brasil, e congrega atualmente sete municípios - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra -, concentrando uma população de 2.354.722 habitantes (IBGE, 2000). Destacou-se no cenário nacional e internacional no final dos anos 1970 e durante toda a década de 80, por abrigar a reação política organizada dos setores populares, particularmente do movimento operário na luta pela democratização do país.

A partir da década de 1990 para fazer frente à crise do modelo de desenvolvimento industrial implementado na região desde os anos 1950 e na busca de novos modelos de governabilidade regional os municípios do Grande ABC inauguram um modelo de planejamento regional calcado na metodologia do Planejamento Estratégico de Cidades.

Qual a proposta de desenvolvimento contida no Plano Regional Estratégico do Grande ABC? Quais os objetivos estratégicos a serem alcançados e quais as ações estratégicas a serem implementadas para assegurar o modelo de desenvolvimento regional proposto? Conteria esse modelo elementos que possibilitassem a ampliação de um projeto de emancipação social explícito em diferentes momentos da vida política da região? Quais os sujeitos sociais identificados e privilegiados para a implementação do projeto de desenvolvimento proposto? E enfim, até que ponto este projeto, assim como o modelo de planejamento estratégico de cidades, apresenta-se como uma nova alternativa ao planejamento e ao modelo de desenvolvimento historicamente implementado nacional e regionalmente ou, se trata, apenas, de uma nova roupagem para o velho modelo historicamente instituído? Problematizar estas questões constituiu o objetivo da comunicação aqui apresentada.

Após focar as bases históricas e conceituais da noção de estratégia e de Planejamento Estratégico, as análises foram realizadas em dois eixos principais.

No primeiro eixo, buscou-se explicitar os princípios estratégicos implícitos nos diferentes momentos do pensamento da cidade no mundo ocidental, até se conformarem em metodologia de planejamento. Retrocede-se às idéias que alimentaram a concepção de cidade desde a Grécia Antiga - a *polis* grega - até chegar à cidade intencional dos dias atuais - a *city* "pós-moderna".

No segundo eixo, após uma reconstrução histórica do processo de (re) constituição identitária da região do Grande ABC Paulista apresenta-se a análise do conteúdo de seu Plano Regional Estratégico, procurando-se explicitar a tensão emancipação-subordinação contida nas estratégias presentes em suas propostas de ação.

Qual a nova cidade-região que se pretende intencionalmente construir? Qual a natureza da utopia presente na idéia da Cidade ABC? Regeneração ou colaboração, emancipação ou subordinação? Estas questões alimentam e fazem interagir as diferentes reflexões contidas no estudo.

## **1. DA CIDADE IDEAL À CIDADE INTENCIONAL: os caminhos da estratégia no pensar e reproduzir cidades.**

No final do século XX, a noção de estratégia toma conta de forma imperiosa do modo de pensar e planejar as cidades. Conceber hoje a cidade do futuro, promovendo-a de maneira intencional, aqui e agora, tornou-se quase que uma condição imperativa para os planejadores e gestores de cidades no mundo contemporâneo, constituindo-se este o objetivo primaz do Planejamento Estratégico de Cidades.

O que significa Planejamento Estratégico de Cidades? Qual a sua origem e recorrências históricas? E antes disso, o que significa estratégia? Quais as origens da utilização de princípios estratégicos na política e no planejamento e, em especial, no planejamento de cidades?

Quer por sua raiz etimológica, quer pelo léxico da língua portuguesa, “estratégia” tem seu significado associado a práticas de guerra e artifícios militares. No grego, *strategia* significa comando do exército. Seu caráter abrangente a distinguiu da tática, conceito relacionado diretamente a ações militares específicas.

Nos tempos modernos, da “arte” militar os princípios da estratégia passaram também a ser incorporados à “arte” de fazer política. Inegavelmente é MAQUIAVEL quem traz para o domínio da política os princípios de estratégias até então próprios da arte militar, transformando política em estratégia e explicitando, assim, sua autonomia e suas leis próprias.

É em seu pequeno livro *O Príncipe* que MAQUIAVEL (1513) lança as bases para a constituição do Estado absolutista na Itália do século XVI e, simultaneamente, as bases para a “arte” da política do mundo moderno.

Movendo-se basicamente sobre o domínio dos fatos, em MAQUIAVEL a idéia de ação é fundamental porque suas propostas se colocam no sentido de construir um universo social. Esta é uma das bases da estratégia da arte da política por ele formulada. Esta também é, como demonstrarei no decorrer deste estudo, uma das bases da estratégia do novo planejamento de cidades – Planejamento Estratégico de Cidades.

O Estado que MAQUIAVEL constrói é composto por homens virtuosos, cidadãos-modelo que, dirigindo seus próprios negócios, seja no campo ou na cidade, participam conscientemente dos negócios do Estado. Seu mundo não é edificado sobre a

necessidade da força e astúcia sistemáticas dos governantes, mas o é especialmente a partir da *virtù*<sup>1</sup> de um homem ou de um conjunto de homens.

No século XX, a noção de estratégia e seus princípios, presentes na razão de Estado desde MAQUIAVEL, são incorporados ao planejamento, aportando inicialmente na administração de negócios - na política de negócios. A partir da década de 1970, o planejamento estratégico passa a ser utilizado no setor público e especialmente no planejamento de cidades. Quer no âmbito dos negócios, quer no âmbito do planejamento de cidades, o Planejamento Estratégico é antes de tudo instrumento de apoio à tomada de decisão.

**Força, Fraqueza, Ameaça, Oportunidade, Parceria, Consensos, Virtude** constituem as bases do planejamento estratégico<sup>2</sup>, em particular do Planejamento Estratégico de Cidades.

Seria a presença de princípios estratégicos no idealizar e planejar a cidade especificidade do mundo contemporâneo? Ou melhor, até que ponto, “estratégias” sempre se fizeram presentes na idealização do mundo real, embora nem sempre se tenham expressado com a mesma natureza da que hoje permeia o ideário do planejamento urbano? Até que ponto as “estratégias” estiveram voltadas para garantir, apesar das possíveis adversidades, a plena realização das condições humanas na vida da cidade? Quando, como e por que, ao invés de ser concebida e produzida no sentido de maximizar o bem-estar dos homens, a cidade ganha, ela mesma, natureza humana, colocando os homens no lugar das coisas e as coisas em seu lugar?

Ao caminhar da Grécia Helênica, da cidade ideal – da *polis* grega – até a cidade intencional – à *city* do chamado mundo “pós-moderno” – é possível perceber e afirmar que o pensar e projetar a cidade esconde, desde o mais remoto período da história do pensamento ocidental, princípios estratégicos, entendendo-os como princípios que devem guiar a ação: princípios adotados na produção e (re) produção do ambiente construído da cidade, no pensar e idealizar a cidade, visando atingir uma determinada concepção de sociedade. Fazer realizar um determinado caminhar histórico; uma determinada utopia social.

---

<sup>1</sup> Segundo BERLIN, *Virtù* na Renascença abrangia muitas qualidades e predicados assim como a capacidade de entender e transformar situações reais, ganhando, portanto, significado diverso da palavra virtude existente na língua portuguesa.

<sup>2</sup> Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), constituem os elementos centrais do sistema FOFA (SWOT) concebido e modelado na HARVARD BUSINESS SCHOOL.

Na Grécia Antiga encontra-se uma cidade cuja beleza deveria simbolizar a capacidade cívica de seus cidadãos; cujos espaços e ambientes construídos deveriam antes de tudo potencializar a ampliação das capacidades humanas na arte, na ginástica, na música, na conversa, na especulação, na política, no amor, na aventura e mesmo na guerra; na cidade helenística e romana, o espaço público deixa de ser o espaço da vida política para se constituir o da afirmação política e do poderio militar.

A cidade medieval nasce como fortaleza e se desenvolve assumindo inicialmente a função religiosa, depois comercial sem, entretanto contar com um plano pré-concebido. Foi se transformando na dialética das necessidades, adaptando-se sempre de forma coerente e, em cada momento, de modo singular, e sua estratégia encontra-se na coerência da adequação do espaço de vida às necessidades da vida.

Enfim, a cidade moderna - a *urbs*, a *city* moderna e a *city* “*pós-moderna*” - **que** esconde em seu processo de transformação a metamorfose das estratégias contidas em seu ideário.

Inicialmente a *urbs* moderna, a cidade geométrica, do traçado retilíneo, dos complexos de polígonos regulares que afirmam o predomínio da razão, o domínio da natureza, escondendo o princípio estratégico de afirmação da ordem científica, sobre as irracionalidades do período anterior. Depois a cidade majestosa, dotada de construções monumentais expressando-se enquanto estratégia de afirmação do poder da realeza e de seu domínio sobre os mais diferentes continentes do planeta.

Mas é apenas a partir do século XIX que princípios estratégicos são adotados claramente em intervenções urbanas. Paris constitui exemplo privilegiado.

A partir do século XX, especialmente em suas primeiras décadas tornava-se imperativo criar cidades que possibilitassem o nascimento do homem moderno que os novos tempos exigiam e isto era sistematicamente buscado nas propostas urbanísticas e padrões habitacionais presentes no ideário dos arquitetos e urbanistas modernistas. Neste processo o espaço urbano passa a ser governado por uma ordem rigorosa que deve responder à eficácia da atividade produtiva. Nasce assim a “*city* moderna”.

No final do século XX, a idéia de estratégia sai do subterrâneo e assume papel metodológico nos novos modelos de pensar e produzir cidades e regiões. Se, no início do século, os princípios da estratégia deslocaram-se da política para os negócios, para a política dos negócios, no final do século esses mesmos princípios deslocaram-se para

uma nova natureza de negócios - o negócio da cidade - nascendo a cidade como negócio – a *city* “**pós-moderna**” ou a “**cidade intencional**”.

Desta forma, as estratégias militares, políticas, econômicas ou mesmo sociais acabam hoje por se fundir em uma única estratégia, a estratégia do mercado, da afirmação do poder do mercador, dos princípios e leis do mercado, do pensamento único do mercado. É para esse princípio estratégico básico que conflui o pensamento urbano no final do século XX, começo de século XXI.

**Identidade, competitividade, produtividade, consenso, minimização de custos sociais** tudo isto associado à participação social e política promovida pela mão de um “**Príncipe Pós-Moderno**”, constituem as estratégias contidas nas idéias centrais que alimentam o urbanismo do Planejamento Estratégico sempre voltadas à perspectiva de realização e maximização do capital e à inserção produtiva da cidade, ou cidade-região no mundo do mercado.

A cidade agora passa a ser vista, não mais como o espaço onde se negocia, onde se realizam atividades humanas, e que, dentre essas, também se realizam atividades produtivas e de (re)produção. A cidade do novo planejamento – planejamento estratégico - transforma-se ela mesma em um novo negócio, emergindo daí uma nova metamorfose no pensar e (re)produzir cidades. Não se produzem mais valores de uso, espaços de vida, mas valores de troca. A cidade é ela mesma mercadoria a ser colocada na “vitrine” mundial de cidades, mas ela também empresaria os negócios e se coloca competitivamente no *portfólio* internacional de cidades.

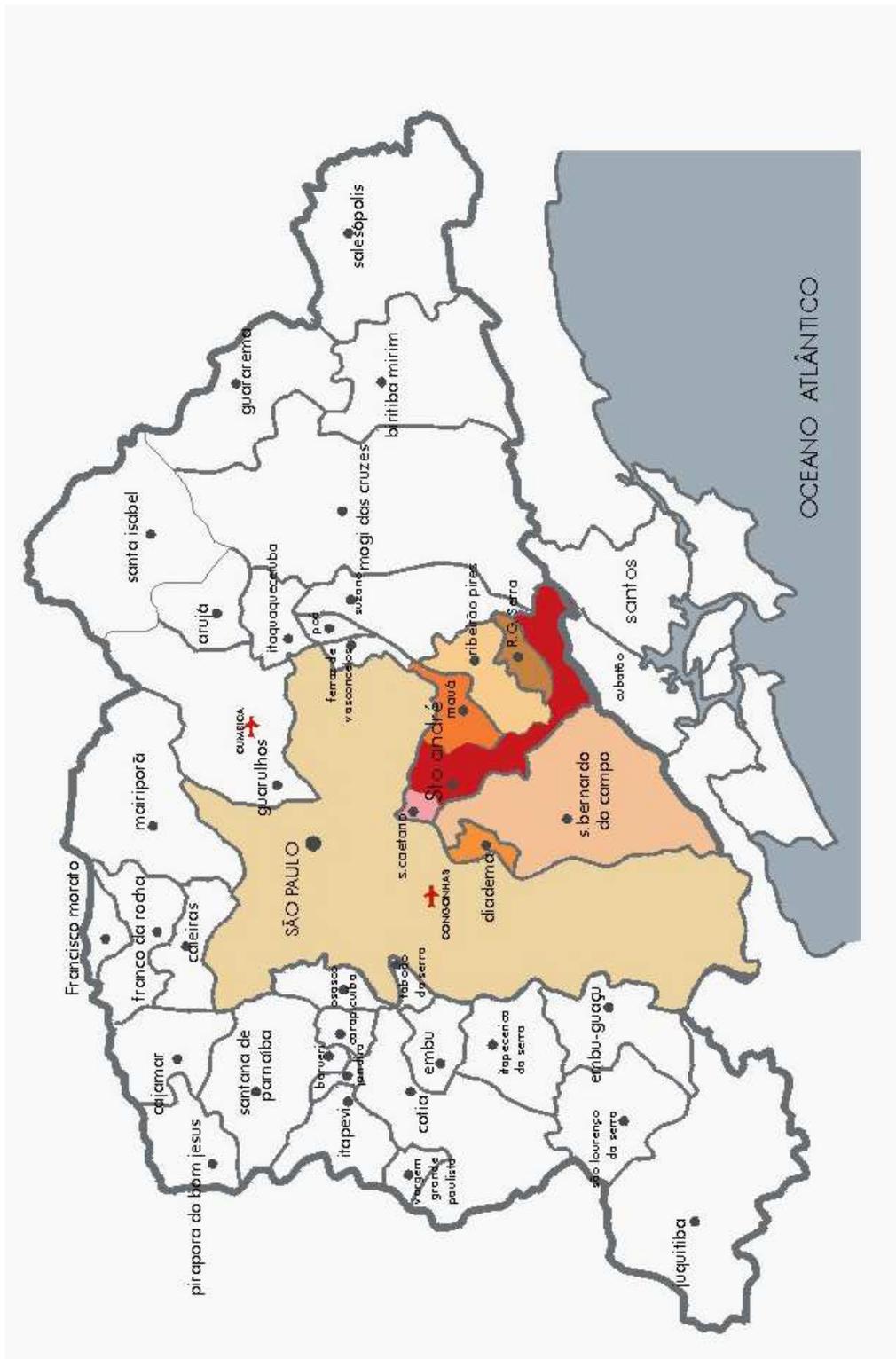
O Planejamento Estratégico se insere plenamente neste processo constituindo-se em um modelo, que ao negociar a cidade, transforma-a em agente ativo e passivo do processo de acumulação, radicalizando-o e aprofundando simultaneamente as formas de poder típicas da sociedade capitalista, acabando por produzir a mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade.

Como tudo isso se explicita no âmbito do Plano Regional Estratégico do Grande ABC Paulista? E antes, quem é o Grande ABC Paulista? Quais os elementos de constituição histórica da região em seu fazer e refazer-se identitário? Em qual texto e contexto histórico foi concebido seu Plano Regional Estratégico?

## **2. GRANDE ABC PAULISTA: A construção e (re) construção histórica da identidade regional**

Poder-se-ia iniciar a caracterização da região do Grande ABC Paulista por sua configuração espacial, seus limites, seus municípios, conforme exposto na figura que se segue. Poder-se-ia também defini-la a partir da magnitude de sua população, ou mesmo caracteriza-la como *locus* da indústria automobilística nacional, enumerar o número de empresas, nacionais e transnacionais ali instaladas, ou até citar o seu significado como *locus* da resistência operária e popular à ditadura militar que governou o Brasil durante mais de 20 anos.





FONTE: Prefeitura do Município de Santo André/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho/Diretoria de Desenvolvimento Econômico

**FIGURA - Região do Grande ABC na Região Metropolitana de São Paulo**

Poder-se-ia ainda caracterizar o Grande ABC Paulista como o 3º. maior mercado consumidor do país, como preferem muitos, ou até mesmo pela exuberância das áreas ainda vegetadas e seus recursos paisagísticos cobiçados por aqueles que pretendem transformar a região normalmente vista como área escura, poluída, feia, destituída de adequada qualidade de vida, em mais um atrativo para investimentos turísticos, especialmente para práticas de turismo de aventura ou mesmo ecoturismo.

Mas, parece que cada uma dessas definições é parcelar, fragmentária, permitindo apenas a explicitação dos múltiplos olhares que poderiam ser lançados para definir tal região como pode ser visualizado nas fotos a seguir.

Foto 1 – Área Urbana de Mauá

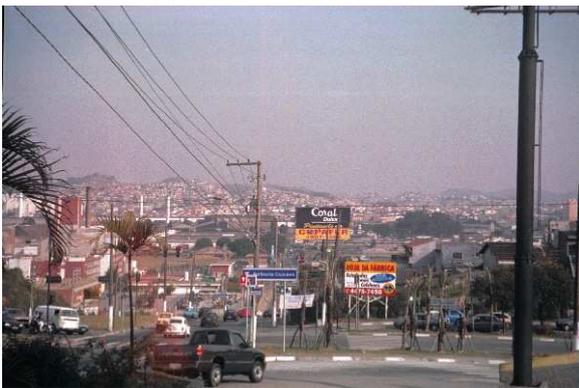


Foto 2: Ocupação residencial Margem da Billings



Foto 3 – Galpão industrial desativado (Av. dos Estados)



Foto 4 – Padrão de ocupação recente (Av. dos Estados)



Foto 5 – Padrão industrial década de 1940 (GM)  
industrial atual (Rhodia)



Foto 6 – Padrão industrial atual (Rhodia)



Enfim, o que é a região do Grande ABC Paulista? E melhor, quem é a região do Grande ABC Paulista? Qual a identidade da região, ou melhor, quais as identidades em (re)constituição no projeto político regional? Quais as transformações identitárias que se expressam no jogo de forças sociais contidas na construção e reconstrução desta região? Qual a natureza do projeto identitário no ir e vir da constituição regional?

É relevante lembrar que a construção de uma **identidade forte** da cidade ou da região constitui um dos princípios fundamentais do Planejamento Estratégico de Cidades, conforme mencionado anteriormente.

Ao recuperar um pouco a história do Grande ABC, é possível identificar que foi apenas em 1961 que o território ocupado atualmente pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, situado na porção Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, recebeu pela primeira vez o nome de “**Região do Grande ABC**”. Esse termo foi utilizado pela primeira vez em editorial do *News Seller* - atual Diário do Grande

ABC - , com o título *União*, que em um apelo de união política, conclamava as autoridades das cinco cidades - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires - do então chamado “Pentágono Industrial” a se unirem na defesa de seus interesses. Diadema e Rio Grande da Serra que ganharam sua autonomia respectivamente em 1959 e 1964, se juntariam mais tarde a esta união.

Naquele momento, o Grande ABC já congregava o maior parque industrial do país e contava com uma população de aproximadamente 500.000 habitantes, em seus seis municípios. Até então, já se fizera sentir fora de seus limites territoriais a voz de seus trabalhadores, engrossando a dos trabalhadores da indústria paulista, inicialmente em movimentos anarco-sindicalistas e, posteriormente, no enfrentamento às atrocidades da ditadura Vargas; já se anunciava a força de uma urbanização perversa, degradadora da natureza e da condição humana, mas antes de tudo, já se proclamava a capacidade de produção de riquezas de um novo modelo de acumulação, calcado na presença de grandes unidades fabris alicerçadas no grande capital internacional.

O discurso regionalista do Grande ABC surge, então, como possibilidade de articulação das forças de suas elites, para fazer valer seus interesses no jogo de poder dos interesses estaduais e nacionais. Afinal, era ali que se realizava da forma mais intensa, o modelo de desenvolvimento apregoado para o país, desde a década de 1930, e intensificado a partir dos anos 1950. Tratava-se, portanto, do estabelecimento de fronteiras, especialmente políticas, com base na força econômica da região. Tal discurso pode ser encarado, conforme as palavras de BOURDIEU (2000;116), como “*um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora*”.

Dessa forma, a idéia de região, ou seja, a identidade regional que se constrói no Grande ABC expressa-se como delimitação de fronteiras políticas da elite local no jogo de poder e de barganha estadual e nacional. A “**região**” surge como pressuposto de poder de uma elite local e como espaço do capital internacional, marco delimitatório da história e da constituição identitária da região.

Retroagindo em seu passado, observa-se que o Grande ABC tem sua história fincada no território onde um dia existiu uma cidade chamada Santo André da Borda do Campo, fundada em 8 de abril de 1553 e governada por um colonizador português chamado João Ramalho.

Por cerca de três séculos, o território que hoje conforma a região do Grande ABC foi passagem de viajantes e tropeiros que iam de São Paulo a Santos através do Caminho do Mar. Apenas a partir do século XVIII esta porção do território paulista começou a ser ocupada por ranchos de apoio aos viajantes que se aventuravam pelas escarpas da serra do Mar.

Durante o século XIX, um dos principais marcos do processo de ocupação foi a instalação de colônias italianas no território regional.

Lugar do silêncio, lugar do medo, lugar da reprodução e não da produção, lugar da repetição e da especulação e não da criação, lugar do cotidiano e não da História, lugar do sofrimento e da tragédia, constitui nas análises de José de Souza MARTINS (1992), elementos fundamentais do que ele chama de “*história circunstancial*” de São Caetano do Sul e, muito provavelmente, creio eu, de São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e de todas as outras localidades do Estado de São Paulo que receberam levas de imigrantes em busca de terra para plantar e viver e que acabaram por se submeter ao processo espoliativo, especialmente da cultura cafeeira da segunda metade do século XIX.

O século XX se inicia já com a presença da Estrada de Ferro São Paulo Railway - ferrovia Santos-Jundiaí - cortando o território da futura região. Inaugurada em 1867 para propiciar o escoamento da produção cafeeira do Oeste do Estado de São Paulo para o porto de Santos, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e suas inúmeras estações representam, ainda hoje, um referencial simbólico do ABC de ontem, e de antes de ontem, especialmente para os velhos operários que viveram os tempos áureos do início da industrialização da atual região.

Nas primeiras décadas do século XX, a região volta a ser marcada pelo silêncio, pelo medo que emerge das perseguições, das mortes de operários em greve como ocorreu em 1919 em Santo André, conforme denuncia José de Souza MARTINS (1992). A consciência política dos operários da atual região se expressa em prisões e mortes durante a repressão que se abateu sobre os atuais municípios de São Caetano do Sul e Santo André em 1936, durante a ditadura Vargas, contra militantes da Aliança Nacional Libertadora.

No início da década de 1960, a região do Grande ABC paulista já se havia firmado como um dos principais espaços da produção e circulação de mercadorias, condições essenciais para o processo de reprodução ampliada do capital no território nacional. A partir de então, com a presença da grande indústria, em especial a

automobilística, realiza-se, em âmbito nacional, a consolidação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial com a materialização do projeto de sociedade moderna, que permeia o ideário nacional desde os anos 1930.

Durante a década de 1960, a região apresentou incremento populacional de cerca de 100%, passando de 499.398 para 988.677 habitantes<sup>3</sup>. Na década seguinte, o ritmo de crescimento populacional começa a cair. Isto ocorre em maior intensidade nos municípios centrais da região, especialmente em São Caetano do Sul e Santo André enquanto São Bernardo ainda apresenta crescimento de mais de 100% de sua população em 10 anos.

Neste quadro demográfico e industrial, a organização operária já existente desde o início do século é reforçada e ampliada com a ação e organização sindical de sua principal massa de trabalhadores, os metalúrgicos, da indústria automotiva e de outras indústrias do subsetor<sup>4</sup>. Mas é durante a década de 1970 que o movimento operário ganha sua expressividade no cenário nacional, especialmente por se mostrar combativo, a despeito da ditadura militar vigente no país. A condição de região operária, combativa e organizada na luta pelos direitos dos trabalhadores, passou, a partir do final dos anos 1970, a se constituir a principal referência identitária do ABC.

Durante a década de 1980, inúmeras greves e manifestações ocorrem na região. Deste texto histórico e social da luta dos trabalhadores da região, o Grande ABC Paulista já não significa apenas o principal pólo da indústria do país, mas, sobretudo, do movimento operário organizado em torno de projetos democráticos e sociais. O espaço urbano e o regional expressam-se como realização de um projeto de emancipação, o *locus* da vida política passa a se impor sobre o *locus* da produção. E é a partir desta condição que se constrói, contraditoriamente, uma nova identidade regional. Esta nova identidade se assenta agora não mais na necessidade de centralidade de uma elite, mas na centralidade e força política do movimento dos trabalhadores.

Essa dupla natureza identitária da região, forjada num mesmo processo que contém, de um lado, acumulação de riquezas, e de outro, luta operária, vai se constituir *força e fraqueza, oportunidade e ameaça* para a implementação do novo modelo de desenvolvimento que passa a ser concebido no âmbito regional a partir dos anos 1990.

---

<sup>3</sup> Fonte – IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1960 e 1970.

<sup>4</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi criado em 1961, o de São Caetano do Sul em 1957 e o de Santo André foi fundado em 1935. PETROLI (2000;34)

A segunda metade da década de 1980 caracteriza o início de profunda mudança na dinâmica social, econômica e política dos municípios do Grande ABC. Com cerca de dez anos de atraso, as mudanças decorrentes da nova lógica do processo de acumulação iniciada nos países centrais a partir da segunda metade da década de 1970, passam a ser introduzidas de forma galopante no cenário econômico nacional, de forma que, em menos de quinze anos, parecem nascer no Brasil uma “nova” sociedade e novas formas de sociabilidade.

As primeiras interpretações da crise, apontando a ocorrência de deslocalização industrial ou de desindustrialização se mostraram errôneas. A crise industrial do Grande ABC, antes de se caracterizar como de realização do capital, caracterizou-se como crise do emprego, expressando a lógica do novo modo de acumulação com a adoção de novas tecnologias de produção e aumento de sua competitividade.

Cabe, então, perguntar: quais as conseqüências que este processo trouxe para o aguerrido movimento operário, cuja força conferiu durante as últimas décadas uma identidade particular para a região?

Num primeiro momento, são recorrentes as greves operárias contra a recessão e o desemprego que se abate sobre a região.

As bandeiras de luta empunhadas nas décadas anteriores são substituídas, em um primeiro momento, pela bandeira contra o desemprego, como bem expressam as resoluções do II Congresso dos Metalúrgicos do Grande ABC, encerrado em maio de 1997.

Paralelamente, o movimento sindical incorpora novas bandeiras tais como a consolidação do ABC como região industrial, intensificação de ações junto às prefeituras e à Câmara Regional do ABC para estabelecer medidas de criação de novos postos de trabalho e fortalecimento do Grande ABC e de suas instâncias regionais, aprovadas como prioridade nas decisões do Congresso de 1997. E foi em nome de um projeto regional, que no II Congresso dos Metalúrgicos do ABC, entre outras deliberações, decidiu-se diminuir a quantidade de greves da categoria de forma a colaborar na mudança da imagem da região.

O discurso regional (re)aparece, como quando surgiu em 1961, como uma fórmula para reduzir os problemas vivenciados em seus diferentes municípios. Só que agora, diferentemente de antes, não se trata de adotar soluções conjuntas para minimizar as questões urbanas, subproduto de um processo galopante de industrialização e

acumulação ampliada do capital, mas de encontrar soluções para um viabilizar um novo modelo de acumulação, que, além de agravar as questões urbanas, já postas no modelo anterior, apresenta tal força de destruição que chega a diluir contradições, deshistoricizar os processos sociais.

Como parte inerente do “novo” projeto societário, calcado em um modelo flexível de acumulação, ao conflito sobrepõe-se o consenso, a “flexibilidade” do trabalho esconde a sua precariedade, a crise atinge a todos, e a todos compete encontrar uma solução.

A partir de então não é só o emprego que está em jogo. A própria memória histórica da classe de trabalhadora da região é colocada em questão devido a renovação do contingente operário em decorrência dos acordos firmados, implicando, na maioria dos casos, na aposentadoria precoce de militantes e dirigentes que fizeram a história sindical e operária da região conforme analisado por BLÁS (2001).

Desta forma, a saga operária do ABC paulista se vê ameaçada de ser subsumida ao modelo pós-fordista ou de acumulação flexível imposto pela nova dinâmica do capital. Da região operária gestada na luta dos trabalhadores do início do século, e que se estendeu ao longo de mais de  $\frac{3}{4}$  do século XX, restam algumas memórias, alguns símbolos. Talvez a linha do trem e suas estações, afirma, um representante do GIPEM<sup>5</sup>, mantenha ainda hoje algo da região operária que um dia foi o Grande ABC Paulista. Quais novas identificações emergirão nos novos processos que hoje já se lhes avizinham? Onde se encontrará agora o marco social desta nova região?

### **3. EMANCIPAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: a tensão dialética no Projeto de Desenvolvimento Regional do Grande ABC**

Construir uma região com uma **identidade forte** dotada de uma **competitividade** que a possibilite inserir-se na rede mundial de cidades a partir da constituição de nova centralidade na RMSP, promovendo o **desenvolvimento sustentável** com o objetivo de atrair empreendimentos e setores sociais da elite, constituem os princípios da estratégia discursiva do novo modelo de desenvolvimento contido no Plano Estratégico proposto para a Região do Grande ABC.

Inegavelmente, vale afirmar, que inúmeras das ações presentes no Plano Regional Estratégico do Grande ABC, assim como em outros Planos Estratégicos de

---

<sup>5</sup> GIPEM – Grupo Independente da Memória do Grande ABC.

Cidades<sup>6</sup>, parecem avançar para um processo democrático, alternativo, rompendo com os modelos vigentes. Promover um desenvolvimento que minimize as situações de pobreza, amplie as oportunidades econômicas e propicie acesso a serviços essenciais à reprodução da vida nas grandes cidades, estaria indubitavelmente no cerne de tal assertiva. Neste momento se faz evidente a preocupação contida no projeto de superar os *déficits* do processo de modernização implementado historicamente na constituição dos municípios e da região e promover um desenvolvimento com liberdade<sup>7</sup>.

A afirmação de tais propósitos nos inúmeros projetos estratégicos parece fazer emergir no interior de tais propostas a perspectiva de constituição de grandes *polis* modernas, capazes de, em diferentes localidades do mundo ocidental, contribuir para ampliar as possibilidades de concretização das plenas potencialidades humanas. Poder-se-ia até pensar, utilizando as palavras de MORIN (1997), que estaríamos frente a um projeto de “*resistência regeneradora*”, trazendo consigo a promessa de uma reforma, ou mesmo, emancipação e metamorfose do projeto de civilização.

Entretanto, esses mesmos atributos podem ser concebidos e referenciados em outra perspectiva. A implementação de ações que trazem como consequência a melhoria das condições de vida das populações pode se inserir como pressuposto de ampliação das condições de competitividade internacional/nacional da cidade ou região.

Adequadas condições de vida da população constituem, elas mesmas, fatores de atratividade de empreendimentos, “*peças felizes e motivadas produzem mais e melhor. São pessoas melhores porque agregam compromissos sociais ao trabalho. Pensam no coletivo, compartilham tarefas, problemas e soluções. Fora dos limites da fábrica, constituem uma sociedade melhor, com mais qualidade na vida familiar e convívio com amigos*” é a idéia expressa pelo vice-presidente de recursos humanos da VW, em matéria publicada na Revista Livre Mercado em outubro de 2000.

Aquilo que era emancipação se transforma em subordinação - subordinação à lógica do mercado -; o que poderia vir a ser “*resistência regeneradora*” transforma-se paradoxalmente em “*resistência colaboradora*”, tomando mais uma vez de empréstimo as idéias de MORIN (1997), ratificando-se e ampliando-se todas as formas de mercantilização dos valores e criações humanas. Esta tensão, inegavelmente se faz presente no discurso regional e nas inúmeras ações propostas em seu plano estratégico.

---

<sup>6</sup> Cito como exemplo os Planos Estratégicos de Barcelona, Lisboa, Rio de Janeiro entre outros.

<sup>7</sup> *Nas palavras de Armatya SEM (2000)*

A construção da Cidade ABC industrial, competitiva, eficiente, atraente e atrativa está no cerne das estratégias de dinamização do setor produtivo regional. A cidade fordista, conforme documento que ilumina o Plano Regional Estratégico do Grande ABC, deverá se transformar na cidade *high tech*. Para tanto, trabalhadores jovens, bem treinados, e de preferência, sem tradição e sem prática política no “velho” movimento sindical, deverão renovar em curto prazo a imagem da mão-de-obra regional e constituir-se-ão importante fator para potencializar a competitividade da região no mercado nacional e internacional de investimentos.

Ao lado da ênfase na modernização do processo industrial a nova região *high-tech* pode ser construída também com a dinamização de um terciário avançado, conforme o ideário contido no referido Plano.

Para tanto, são enfatizadas as possibilidades de se fazer da região um novo centro de atração turística metropolitana, quer a partir do incentivo de apropriação turística dos potenciais paisagísticos das áreas de mananciais ali existentes, quer através da dinamização do turismo empresarial, cultural, esportivo ou qualquer outra forma que possibilite a atração e permanência de visitantes solváveis para a região.

No Grande ABC, assim como em todas as outras cidades-regiões que de uma forma ou de outra procuraram se inserir na vitrine do mercado turístico nacional e internacional, também para a dinamização do turismo faz-se necessário criar uma nova imagem para a região. É necessário torná-la atraente, não apenas para investidores industriais, mas também para consumidores que demandam as mais recentes mercadorias produzidas no mercado internacional: cidade, natureza e cultura...

Além do turismo, a dinamização do setor produtivo regional será alcançada, conforme preconizado no plano estratégico da região, com o estímulo à criação de pólos de prestação de serviço, especialmente aqueles de alto valor agregado. Conforme preconizado no Cenário Futuro, almejado para a região, a criação de um terciário dinâmico e moderno poderá inclusive transformar a região em *locus* de moradia da *elite* dirigente das empresas ali assentadas, transformando a antiga região operária em uma próspera e nobre área de moradia das “*classes*” médias altas,

Assim, além de tornar a região mais competitiva pela oferta de serviços e insumos valorizados pelo capital transnacional, a dinamização do terciário será capaz de promover não apenas a renovação dos tipos de uso, mas também a renovação dos segmentos sociais.

Para atender um e outro público-alvo, faz-se necessário chamar a atenção sobre si, distinguindo-se e reforçando identidades locais que simultaneamente permitam assemelhar a região a suas iguais na rede de negócios mundiais. Neste sentido, na perspectiva de atrair para a região atividades terciárias de ponta, são privilegiados fatores correlacionados ao mercado consumidor regional (amplamente comemorado como o terceiro mercado consumidor nacional) e às potencialidades turísticas e culturais da região.

Quando a perspectiva colocada se refere a atrair para a região novos empreendimentos industriais, são privilegiados tanto fatores locacionais (proximidade da capital do Estado, principal mercado consumidor da América Latina e do porto de Santos, maior porto do país) como aqueles relacionados à qualificação da mão-de-obra industrial (que combina a sua cultura tecnológica com a possibilidade de adequação a novos processos produtivos a partir de programas de reciclagem já em implementação por empresas e sindicatos da região) e mesmo a nova natureza da ação sindical regional, marcada agora por suas características negociadoras e propositivas, as quais são evidenciadas numa clara tentativa de diluir e obscurecer os valores históricos desse mesmo movimento sindical e suas práticas políticas e sindicais.

Harmonia, consenso e paz social, associados à elevada capacidade de adestramento de seus trabalhadores às novas exigências decorrentes da adoção de novas tecnologias dos processos produtivos, passam a constituir elementos centrais na construção da nova identidade regional que deverá alavancar o plano de desenvolvimento proposto; constituem a tônica a ser privilegiada para atração de empreendedores industriais.

Adicionalmente, para fazer realizar todas as propostas contidas no ideário estratégico da região, além de uma nova região, uma nova identidade e imagem regional, o Plano Regional Estratégico em tela concebe também novos personagens, novas forças sociais para viabilizar socialmente seus propósitos estratégicos.

Muito mais que parques tecnológicos e espaços para feiras e exposição, que podem enfim, vir a ser construídos, como é previsto inclusive entre as diferentes ações propostas para dinamização das cadeias produtivas regionais, a principal potencialidade (*força*) da região para viabilizar as estratégias contidas no projeto regional encontra-se na transformação da desordem potencial da região em uma nova ordem, em consensos os conflitos decorrentes das contradições inerentes ao mundo capitalista de produção; transformar em civismo, os sonhos emancipatórios do operariado regional.

Uma **comunidade cívica** dotada da *virtù*, conforme pensada por MAQUIAVEL em *O Príncipe*; **capital social**, expressão da densidade da *virtù* presente na região, vão se constituir os personagens privilegiados pelos gestores regionais para fornecer o “fôlego” social do novo projeto, do novo (velho) modelo de desenvolvimento propugnado para a região. Estes são os novos (velhos) personagens cunhados para constituir a base social do Plano Estratégico em questão.

Renasce, também no Grande ABC Paulista, o ideário da comunidade - comunitarismo “pós-moderno” - e sua natureza colaboradora com a reprodução do modelo socialmente hegemônico; do civismo da comunidade, das bases locais, da *virtù* do *Príncipe Pós-Moderno*, cujo espírito empreendedor é capaz de potencializar as forças, transformar as fraquezas, maximizar as oportunidades e vencer as ameaças, conseguindo dessa forma transformar realidades.

No Plano Regional do ABC assim como no ideário do Planejamento Estratégico de Cidades renascem, também, os ideólogos do lugar, que fazem a estetização da cidade, da cultura, da natureza, da história e até da miséria, criando-se uma simbiose imagem-produto que caracteriza o ideário estratégico da cidade-empresa-mercadoria.

A cidade ABC, que poderia vir a ser uma utopia emancipadora, explicita-se como uma utopia colaboradora. E neste processo as forças de emancipação e as possíveis resistências regeneradoras são subsumidas enquanto resistências colaboradoras às forças do mercado e a seus princípios de competitividade e produtividade, apoiados no ideário de consenso, parceria e paz social – atrativos também de novos empreendimentos.

Retorno, agora, a minha primeira pergunta: qual o **novo** do modelo de desenvolvimento proposto para a região em seu Plano Estratégico? Não estaríamos frente a um projeto cujo novo encontra-se na (re) afirmação, agora amplificada, do velho processo de subordinação do homem, da natureza, da sociedade as demandas e necessidades do capital?

E dessas reflexões deixo por fim algumas últimas questões para os novos planejadores de cidades e regiões.

Por que não recuperar a esperança no devir histórico a despeito das forças avassaladoras do perverso modelo atual de globalização? Em lugar da determinação do “**ou tudo ou nada**” inerente ao projeto da cidade intencional, por que não fazer emergir da incerteza, da polifonia de vozes presentes na região, na cidade, no mundo urbano dos

dias atuais, uma nova sinfonia em que a multiplicidade dos executantes e a diversidade de timbres que expressam os conflitos e contradições de classe passem também a se ouvir ao som dos instrumentos? Por que não construir novas utopias que tenham como fundamento o amplo direito à cidade? Enfim, uma utopia que congregue o direito à cidade, o direito à esperança e o direito ao devir.

#### **4. BIBLIOGRAFIA CITADA**

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC e Câmara do Grande ABC, *Revista Câmara do ABC, A Região Encontra Solução, "Planejamento Regional Estratégico". Documento, s/d.*

BERLIN, Isaiah. "O Problema de Maquiavel" in *Sobre Maquiavel, Curso de Introdução à Ciência Política*. – Brasília: Ed. UNB, s/d.

BLÁS, Leila Maria da Silva. *De Volta ao Futuro. O discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. - São Paulo: EDUC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. - 3ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. - Rio de Janeiro: Ed. HUCITEC, 1970.

IBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 - Rio de Janeiro: IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

MAQUIAVEL, Niccoló. *O Príncipe*. - Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1971.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. - São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MORIN, Edgar e NAÏR, Sami . *Uma Política de Civilização*. – Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PETROLI, Valdenízio. *Diário do Grande ABC: a construção de um jornal regional*. São Bernardo do Campo, UESP, 2000. Tese de Doutorado em Comunicação Social.

GUELTA, Rafael. "A grande Noite do Capital Social" in *Livre Mercado Grande ABC. Ano XI*, outubro de 2000. Editora LIVRE MERCADO- Diário do Grande ABC.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.